



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

Tamaso, Izabela Maria
Patrimônio, agência e memória: a demolição da sede da Sociedade Italiana de Espírito Santo do
Pinhal (SP)
Antíteses, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 199-229
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Patrimônio, agência e memória: a demolição da sede da Sociedade Italiana de Espírito Santo do Pinhal (SP)¹

Heritage, agency and memory:

*the demolition of Sociedade Italiana de Espírito Santo do pinhal
(SP) headquarters*

Izabela Maria Tamaso*

RESUMO



Analisa-se, neste artigo, as estratégias empreendidas por um grupo de pinhalenses no processo de demolição da sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “Dante Alighieri”, na cidade de Espírito Santo do Pinhal (SP), que embora não reconhecida pelas agências oficiais de patrimônios, era considerada social e culturalmente significativa de forma a se configurar em um patrimônio para os descendentes de italianos. Duas “situações críticas”, situadas em tempos diferenciados, servem de baliza para as interpretações aqui desenvolvidas: (1) o confisco dos bens dos imigrantes italianos, em 1942, quando da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e (2) a demolição da sede da Sociedade Italiana em 1991. Analisa-se a interação social de duas organizações disciplinares no tempo e no espaço — a Sociedade Italiana e a uma loja maçônica — com vários agentes sociais, filhos de italianos, de forma a acompanhar o debate

¹ O presente artigo é fruto de uma revisão das análises anteriormente empreendidas na dissertação de mestrado em Antropologia Social, pela UnB, intitulada “Tratorando a História: percepções do patrimônio na cidade de Espírito Santo do Pinhal (SP) (TAMASO, 1998), e reelaboradas em diálogo com Prof. Wilson Trajano Filho, por ocasião da disciplina Seminários Avançados 2, durante o doutorado em Antropologia Social, na UnB. Sou grata ao Wilson Trajano e à Zueleide Casagrande de Paula as leituras cuidadosas e os estímulos à publicação.

* Professora Adjunta 3 da Faculdade de Ciências Sociais e Programas de Pós-Graduação em Performances Culturais e em Antropologia Social, ambos da Universidade Federal de Goiás.

cultural na prática social. Busca-se articular a relação entre as memórias indizíveis e, portanto silenciadas, do período da guerra, com os dados de documentos cartorários, entrecruzados com dados históricos, visando à interpretação da demolição da sede, como resultado da conduta estratégica empreendida por um grupo de pinhalenses, que objetivava eliminar as marcas tangíveis do fascismo na cidade.

Palavras-chave: Patrimônios. Memórias. História. Italianos. Fascismo.

ABSTRACT



In this article, the strategies undertaken by a group of pinhalenses on the demolition process of the Italian Society de Mútuo Socorro headquarters "Dante Alighieri" in the city of Espírito Santo do Pinhal (SP) is analysed, which although it is not recognized by official heritage agencies, it was considered socially and culturally significant in order to configure on a heritage to the descendants of Italians. Two "critical situations", located in different times, is used as a parameter for the interpretations developed here: (1) the confiscation of assets of Italian immigrants in 1942, when Brazil enters into the World War II and (2) the demolition of the Italian Society headquarters in 1991. In an analysis of the social interaction of two disciplinary organizations in time and space - the Italian Society and a Lodge - with various social agents, children of Italians, in order to follow the cultural debate of the social practise. We seek to articulate the relationship between the unspeakable memories and thus silenced, of the war period, with the data of cartographic documents, interwoven with historical data, in order to understand the headquarter's demolition as a result of strategic behaviour undertaken by a group of pinhalenses, which aimed to eliminate the tangible marks of fascism in the city.

Keyword: Heritage. Memory. History. Italians. Fascism.

Introdução

O presente trabalho tem como propósito refletir sobre as estratégias empreendidas por atores sociais por ocasião da demolição da sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro "Dante Alighieri", na cidade de Espírito Santo do Pinhal (a partir de agora referida como Pinhal), estado de São Paulo. Uma série de narrativas sobre a Sociedade Italiana, em diálogo com as memórias individuais, familiares, coletivas e históricas (HALBWACHS, 1990) ganharam destaque na pequena cidade. Situada a 200 km de São Paulo, na região da Mogiana, a cidade de Pinhal foi fundada em 1947. Com a expressiva chegada dos imigrantes italianos para as lavouras de café do município, a partir da década de 80 do século XIX, a cidade recebeu influências cosmopolitas, que foram sendo sentidas na arquitetura, comércio, oferta de mão de obra especializada, dentre outros (TAMASO, 1998).

As narrativas se dividiram em dois tipos prioritariamente: contrários e favoráveis à demolição da sede. A participação dos italianos na história econômica e sociocultural da cidade surgiu na fala daqueles que pretendiam legitimar o valor cultural e simbólico da sede do “Dante”, como por exemplo a percepção de que *ali residiu a família italiana do começo do sécul.*² Neste caso, a sede da Sociedade Italiana representava um patrimônio a ser preservado, uma vez que sua tangibilidade tornava crível (LOWENTHAL, 1998) a *verdadeira saga da população italiana que veio se estabelecer em Pinhal no final do século XIX*. Embora costume-se chamar de patrimônios aqueles bens culturais reconhecidos pelas agências estatais dos patrimônios e divulgados pelo “discurso autorizado do patrimônio” (SMITH, 2006), tenho trabalhado com o pressuposto de que bens culturais, lugares e práticas patrimoniais não reconhecidos pelas agências estatais ou não listados nos registros oficiais de patrimônios, podem (e em geral são), considerados culturalmente significativos pelos grupos e coletividades, de forma a se preservarem e se pensarem como patrimônios culturais (HARRISON, 2010). Considero o patrimônio como um discurso, ou seja, como parte do processo social de construção do significado, “como um processo de lembrar que contribui para a consolidação da identidade e para o caminho no qual indivíduos e grupos dão sentido às suas experiências no presente”³ (2006, p.207). Como um processo social e cultural, os patrimônios articulam-se com atos de lembrar que trabalham para criar caminhos para compreender e dar sentido ao presente. No caso da sede da Sociedade Italiana, a memória indizível (POLLAK, 1989) elimina as marcas tangíveis da representação paradigmática do patrimônio dos imigrantes italianos. Muito embora as marcas dos imigrantes estejam ainda presente na malha urbana, nos partidos arquitetônicos e na estética do casario, a sede, como símbolo dos italianos e da Itália, foi sacrificada como estratégia de ocultamento de uma história e de memórias indizíveis e estigmatizantes.

Contudo, o não reconhecimento oficial, por parte de agências preservacionistas (em plano municipal, estadual ou nacional), tornou aquele volume de materialidade e significações vulnerável ao trator, que à noite iniciou, sem alvará de demolição a derrubada do prédio (TAMASO, 1998). O progresso serviu como justificativa para aqueles que apoiaram a demolição, sempre legitimada a partir da referência ao direito à propriedade privada: *é um direito que eles têm, é de propriedade particular*.

As diferentes representações e percepções, da Sociedade Italiana “Dante Alighieri”, são entendidas como discursos preñes de sentido e valor Chartier (1990), que caminham recursivamente no tempo e espaço, revelando o laço que une dois eventos: (1) a demolição e (2) 2ª Guerra Mundial, este referente ao “tempo mundial”.

A escuta das variadas justificativas dadas pelos pinhalenses para o fim dado à sede da Sociedade Italiana, levou à questão teórica proposta por Giddens (1989): o que os atores

² Optei por grifar em itálico e sem aspas as falas dos pinhalenses, sejam coletadas a partir de entrevistas ou de jornais e documentos.

³ Traduzido pela autora.

sociais, e quais atores especificamente, “sabem acerca das razões por que atuam como atuam”? Ou seja, o que os atores sociais mais diretamente envolvidos com a demolição da sede da Sociedade Italiana, sabiam a cerca dos motivos não revelados, que teriam levado à destruição do imóvel. A pergunta se justificará quando da exposição dos motivos recorrentemente revelados, mas insuficientemente plausíveis, dada à tentativa constante de naturalização da interação social entre Sociedade Italiana e Maçonaria. Interessava analisar como os indivíduos e os “contextos de interação social” estão “posicionados” uns em relação aos outros no caso da demolição da sede da Sociedade Italiana.

O trabalho consiste pois, em analisar a interação social de duas organizações disciplinares no tempo e no espaço — a Sociedade Italiana e a Maçonaria — e vários agentes sociais, de forma a acompanhar o debate cultural na prática social (HERZFELD, 1991). A definição de organização disciplinar está fundamentada em Giddens (1989, p.109), como aquelas que “funcionam dentro de fronteiras fechadas, estando seus limites físicos claramente separados da interação cotidiana que se desenrola do lado de fora”, e ainda como aquelas cuja “intensidade da vigilância” inibe “o controle direto do exterior” (1989, p.112).

Se os atores sociais sempre sabem o que estão fazendo no nível da “consciência discursiva” (ainda que, neste plano de consciência, apenas revelem suas razões quando solicitados para tal) e, se no plano da “consciência prática” os atores conhecem — visto que são agentes cognoscitivos — tacitamente sobre como “continuar” nos contextos da vida social, é da interação de dados etnográficos destes dois planos de consciência que será possível alcançar, através da análise da “conduta estratégica”, uma interpretação para a demolição da sede da Sociedade Italiana.

Os dados etnográficos da presente análise não me permitiram usar o conceito de interação social visto que não presenciei “interação face a face”, entre os vários agentes sociais durante o trabalho de campo. Porém, a própria teoria da estruturação social de Giddens (1989) me proporciona outro conceito — interação de sistema — no qual as conexões entre atores ou coletividades podem se dar através do espaço e tempo ampliados. Nesse caso, “as relações com aqueles que estão fisicamente ausentes no tempo e no espaço” (1989, p.22), segundo o autor, “envolvem mecanismos sociais distintos do que está envolvido em contextos de co-presença” (1989, p.29). Neste caso, porém, as relações entre ausentes, ao envolver gerações passadas, remetem ao problema da “história”. O “tempo” como diferencial entre as gerações pode permitir uma interpretação de como aqueles que vivem em co-presença podem ter sido afetados — demolição da sede da sociedade italiana — por “resíduos” das atividades daqueles que não estão mais em co-presença (GIDDENS, 1989).

Interpreto como a dominação exercida por filhos e italianos maçons através da “armazenagem de recursos alocativos”, e quiçá “autoritários”, “ligou” o tempo-espaço envolvendo, no nível da ação — destruição da sede da Sociedade Italiana — a

“administração inteligente de um futuro projetado e a recordação de um tempo passado” (GIDDENS, 1989, p. 212).

Trabalho com duas “situações críticas” situadas em tempos e espaços diferenciados: (1) o confisco dos bens dos imigrantes italianos, em 1942, quando da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e (2) a demolição da sede da Sociedade Italiana em 1991. Tais “situações críticas” delimitam a etapa inicial e a final de um “episódio de larga escala” — que correspondem à “*durée* da vida cotidiana”, portanto reversíveis — que põe sistematicamente em relação um mesmo grupo de atores sociais. A primeira “situação crítica” faz parte do “tempo mundial”, demarcado pela 2ª Guerra Mundial. A segunda, corresponde ao evento que finaliza a tensão — demolição da sede da Sociedade Italiana, e que também é aqui considerada como situada no “tempo mundial”, visto que a ação em tal evento é motivada “recursivamente” pelo “tempo mundial” da 2ª Guerra Mundial.

A reversibilidade da “*durée* da vida cotidiana” — conforme proposta por Giddens, aquela na qual os “eventos e rotinas da vida cotidiana não possuem um fluxo de mão única” (1984, p.28) — é o solo pelo qual se arrastarão recursivamente os eventos relativos à demolição da sede da Sociedade Italiana, procurando investigar como um bem inalienável passou para alienável, em sequência fora vendido e, finalmente, demolido?

Início com um breve relato da história da Sociedade Italiana na cidade, a partir das memórias dos próprios atores sociais envolvidos nos episódios que unem a Sociedade Italiana à Maçonaria. Pelo fato de não haver nenhum italiano vivo, quando do início do meu trabalho de campo, recorri aos filhos dos italianos (dos quais a maior parte já faleceu) que tinham feito parte da Sociedade Italiana e cujas memórias são fundamentais, visto que os arquivos da Sociedade Italiana já tinham desaparecido muito antes da demolição da sede, e pouco havia de registro nos também parcos escritos históricos pinhalenses.

Isenta de qualquer critério de objetividade, tentarei compor uma análise considerando as mais variadas e polarizadas narrativas sobre a Sociedade Italiana. Considero como propôs Seed (1991) — ao interpretar os relatos dos nativos e dos europeus sobre o encontro de Ataulpa com os espanhóis em Cajamarca —, que as várias versões são “escolhas que implicam uma compreensão ideológica”. Segundo Seed (1991, p.11) “as estratégias retóricas de descrição e narração” são a “chave para a compreensão de alguma coisa mais significativa do que a verdade do acontecido”: o “seu significado e sua significância mais abrangente”. Assim como Seed, estarei atenta às diferenças das diversas narrativas sobre a história da Sociedade Italiana, mais que às similaridades, visto que as diferenças revelam como “convicções culturais determinam conquistas narrativas” e imprimem significado aos relatos (1991, p. 11). Ademais, busca-se uma interpretação que rompa com o absolutismo das respostas “racionais” e objetivistas, dadas pela razão prática e fundamentadas nas propriedades estruturais da sociedade — porque baseadas em justificativas econômicas —

de forma que se estabeleça a mediação com o “subjativismo” e “simbólico” através de uma análise da conduta estratégica.

A análise estratégica — um dos tipos possíveis de enquadramento metodológico em pesquisa sociológica — será privilegiada neste trabalho, visto que estarei dando “primazia às consciências discursivas e prática, e às estratégias de controle dentro de limites contextuais definidos” (1984, p.235). Giddens propõe três princípios como “importantes na análise da conduta estratégica”. São eles: “a necessidade de evitar descrições empobrecidas da cognoscitividade dos agentes; uma descrição refinada da motivação; e uma interpretação da dialética do controle” (1984, p. 235). Procurarei me balizar por estes indicadores analíticos na interpretação da demolição da sede da Sociedade Italiana.

Memórias de antes e depois da Segunda Grande Guerra

A história cultural e política da Sociedade Italiana⁴ está envolta em uma série de informações desconstruídas, que foram coletadas nos relatos de filhos de imigrantes, documentos cartorários, periódicos locais e narrativas de memorialistas. A estes dados cruzam-se informações disponibilizadas pela bibliografia relativa à imigração italiana no Brasil (LUCA, 1990; SEYFERTH, 1990).

A inexistência de qualquer forma de proteção social e os baixos rendimentos financeiros do assalariado provocaram o aparecimento, a partir da segunda metade do século XIX, das associações de auxílio mútuo, com destaque para as italianas, dado o grande número de imigrantes entrados no Estado de São Paulo “desde o final do Império e até o início da década de 20” (LUCA, 1990, p. 385). Além das dificuldades, recorrentemente citadas, com que se depararam estes imigrantes — como, por exemplo, o desencanto diante de uma realidade diferente da que lhes fora transmitida, condições precárias de trabalho e moradia, falta de escolas e assistência médica — outras, de ordem sociocultural também recaíram sobre eles. Os novos valores referenciais culturais lhes obrigavam “à percepção de uma autoimagem desvalorizada” (LUCA, 1990, p. 389).

⁴ E’ oportuno esclarecer que a forma pela qual a maioria dos moradores de Pinhal refere-se à esta Sociedade é “o Dante”. O artigo masculino concordando com o nome do escritor italiano. Outras formas utilizadas por esses moradores: é “o Dante Alighieri” — o nome completo do escritor — e, com menos frequência, a forma “Sociedade Italiana”, que apareceu em alguns poucos relatos. Por ser esta última a forma menos usada pelos pinhalenses, passo a adotá-la para que fique notório quando tal associação de auxílio mútuo é objeto de fala da pesquisadora e quando aparece enquanto categoria nativa.

Ao apresentar um quadro sobre o número de sócios das sociedades italianas da cidade de São Paulo, Luca (1990) mostra que apenas três sociedades, das 15 relacionadas, foram criadas em data anterior (1876, 1878 e 1879) à Sociedade Italiana de Espírito Santo do Pinhal (1889). Isto ressalta a capacidade de organização dos imigrantes italianos chegados à cidade, lembrando que o maior período de imigração para Pinhal ocorreu entre 1887 e 1892.

Substitutos da mão-de-obra escrava, os imigrantes italianos chegam à Pinhal para trabalhar nas lavouras de café, sendo-lhes vedado, de alguma forma, “o acesso à propriedade da terra que cultivavam (ou outra)” (SEYFERTH, 1990, p.16). Tal situação interfere deveras nas relações sociais que se estabelecerão entre italianos e *fazendeiros*, relações estas, iniciadas na lavoura e reproduzidas no espaço urbano. Como ficará claro posteriormente, a memória dos filhos de italianos revela, através dos mais variados mecanismos, a interdição ao grupo dos italianos em diversas esferas da vida social. É neste contexto, que em 20 de setembro de 1889, é fundada a *Società Italiana de Mutuo Soccorso “Francisco Crispi”*, em homenagem ao Conde Crispi, que em 6 de julho de 1895, passa a chamar-se *Società Italiana de Mutuo Soccorso “Dante Alighieri”*, cujos fins, era o de *promover a união entre os italianos, prestando-lhes socorro, instrução e mantendo sempre cordeas as relações italo-brasileiras*.⁵

A Sociedade Italiana foi a primeira iniciativa de criação de uma associação laica na cidade de Pinhal. Fato que modificou sobremaneira a forma de vida urbana, pois as saídas à rua — antes limitadas à capela, aos velórios, às procissões, aos casamentos e batizados — ganharam outras possibilidades, gerando novas formas de viver e de relacionar-se na cidade.

Destinada a proporcionar atividades diversificadas, a sede da Sociedade Italiana abrigava escola para os filhos de imigrantes, gabinete de leitura, saraus dançantes, exposições musicais, operetas e comemorações cívicas. Visando servir primeiramente a *colônia* italiana residente na cidade, a Sociedade Italiana recebia, contudo, todos aqueles que lá comparecessem com o propósito de participar das festividades, comemorações cívicas, apresentações teatrais ou musicais, etc.

A Sociedade permaneceu em atividade até pouco antes da 2ª Guerra Mundial. Não mais com tanta assiduidade, já não mais ensinando a língua italiana. O surgimento de casas de espetáculos, como o Éden Theatro e o Cine Theatro Avenida, diminuíram significativamente as apresentações culturais na sede da Sociedade Italiana. O hábito de ir aos clubes sociais e esportivos, como o G.P.E.A (Ginásio Pinhalense de Esportes Atléticos) e o Esporte Clube Comercial — ambos fundados em 1937 por filhos de italianos, e atendendo à classe média crescente — veio colaborar para com uma maior dispersão nas atividades sociais. A criação da Santa Casa de Pinhal facilitou o acesso a médicos, tratamentos e medicamentos. Com o

⁵ Caldeira Neto (1936: 86).

início da 2ª Guerra Mundial, a Sociedade ficou *desativada*⁶ e não assumiu mais qualquer função social, educacional ou cultural na cidade de Pinhal. Há pois que se considerar analiticamente as narrativas dos filhos de italianos sobre a Sociedade Italiana durante este período: confisco / demolição.

O mecanismo utilizado pelos filhos de italianos era sempre o mesmo. Ao serem solicitados a falar sobre o que se lembravam da Sociedade Italiana e após trazerem algumas poucas lembranças, (1) terminavam por dizer que ela permaneceu *desativada* desde a 2ª Guerra Mundial; (2) feita referência à 2ª Guerra, solicitava-se do informante que falasse sobre o que aconteceu em Pinhal no período da guerra; os informantes imediatamente se esquivavam alegando nada se lembrarem ou alegando se lembrarem mais da Revolução de 30; (3) solicitados a darem uma justificativa para a demolição do prédio, os informantes se dividiam em dois grupos: aqueles que justificavam fundamentados na racionalização da ação e aqueles para os quais a “razão prática” era insuficiente para explicar a demolição. Estes últimos, não obstante, (4) não encontravam justificativa alguma, a não ser apontar alguns desencontros nas narrativas dos outros, sugerindo a omissão de certos episódios.

O ponto em comum nas narrativas dos filhos de italianos entrevistados⁷ era o fato de relacionarem o período correspondente ao da 2ª Guerra, ao período correspondente ao desativamento da Sociedade Italiana:

Ela [a Sociedade Italiana] sobreviveu até a guerra⁸ ... aí entrou a guerra, num dava ... até 45. Com a guerra mundial a polícia tomou conta da Sociedade. Porque é como se diz aqui, que confiscaram bens dos italianos, né? E depois ... e aí terminou a Sociedade Italiana, num teve mais...⁹.

A sequência sugere a relação entre o primeiro episódio e o último (confisco / demolição), recheados por outros todos interligados. Porém, note-se como não há continuidade entre as ideias: *confiscaram bens dos italianos* e *aí terminou a Sociedade Italiana*. A princípio parece estar faltando um episódio. Outro fator a ser destacado é que não há sujeito para a ação *terminou a Sociedade Italiana*. A ação não está na voz passiva — “a sociedade italiana foi terminada” — mas também não está na ativa — “tal fato, ou tal pessoa,

⁶ O termo *desativada*, presente na memória dos filhos de italianos, é utilizado pelos pinhalenses para explicarem uma das etapas pelas quais passou a Sociedade Italiana.

⁷ Para apresentar minha interpretação da estratégia dos maçons da EC nas intervenções que foram sendo feitas no estatutos da Sociedade Italiana, sem no entanto, nomeá-los, trabalharei com letras, que indicarão apenas as iniciais de seus nomes.

⁸ Antes de proceder à interpretação da fala de VT devo ressaltar a diferença da forma como as diferentes gerações referem-se à 2ª Guerra Mundial. VT — nascido no ano de 1900 e filho de imigrante — refere-se a ela sempre como *a guerra*, enquanto os netos de imigrantes dizem *2ª Guerra*, sempre deixando claro a qual guerra eles estão se referindo.

⁹ Entrevista concedida à historiadora Renata Maria Tamasso em 24.07.1989.

ou tal grupo decidiram terminar com a Sociedade Italiana”. Ela simplesmente terminou, como se ela própria fosse o sujeito da ação.

Na sequência da conversa, VT é solicitado a falar sobre os acontecimentos da época da 2ª Guerra, no campo político local e até mesmo na Itália. É quando a memória de outros tempos, de outros acontecimentos é chamada: *O que eu lembro ... o que eu me lembro na Sociedade [se refere à Sociedade Italiana] foi na década de 20. No início da década de 20 que foi fundado um partido municipal em Pinhal.*

Nesse momento, VT desvia a conversa sobre a 2ª Guerra, passando a relatar todo o processo de formação do Partido Municipal¹⁰. Ao considerar o fato de que VT fora um homem público — tendo sido eleito vereador por quatro vezes (a primeira das quais, logo na segunda composição da câmara, após a 2ª Guerra, 1951-1954) —, é de se estranhar que ele nada se lembre da política local durante a 2ª Guerra Mundial.

Retomado o tema da 2ª Guerra Mundial, VT não responde mais como político, e sim como comerciante: fala do racionamento do açúcar, da farinha, do sal e da gasolina — evocando a memória familiar. Indagado sobre o fato de a população ter passado fome naquele período, VT novamente volta no tempo:

*É exagero, porque nós tivemos aqui mais apertado do que a guerra, nós tivemos a revolução de 32, e nós ficamos três meses separado de São Paulo. Porque Pinhal ... não anota a Revolução de 32 não. Vamos falar primeiro da de 24. Só teve três revoluções em Pinhal.(...)*¹¹

Desta forma, VT esquivava-se de falar sobre os fatos dos quais certamente se lembrava, do período da 2ª Guerra Mundial. Privilegiou, as três revoluções e falou de cada um delas detalhadamente. Intrigada com a falta de depoimentos sobre este período, e não podendo mais contar com o depoimento de VT¹², procurei por AF — que, além de amigo pessoal de VT, foi seu companheiro quando ambos atuaram na esfera política e religiosa. A princípio, acreditei que esse depoimento completaria as questões que haviam ficado pouco claras pelo depoimento prestado pelo VT. Contudo, o que consegui com AF foi nada mais que comprovar a deliberada falta de memória de tudo o que diz respeito à 2ª Guerra — como fica evidenciado no diálogo abaixo:

¹⁰ O Partido Municipal foi formado, segundo VT, por aqueles que queriam fazer oposição ao Partido Republicano Paulista. Observe-se a fala de VT: *Existia só um partido, o PRP, e ele que governava a cidade, mas em 1921 ou 1922 foi criado um partido municipal com elementos novos para justamente ver se dirigia melhor a cidade, porque a Câmara não tinha crédito nem pra comprar uma caixa de fósforo.* VT revela que o diretório era formado por: HL, CMS, EV, SLS e JRMS; este último se elegeu para prefeito municipal como membro do Partido Municipal

¹¹ Entrevista concedida para a historiadora Renata Maria Tamasso em 24.07.1989.

¹² VT faleceu em julho de 1996.

— O que o senhor se lembra do período da 2ª Guerra?

— *A 2ª Guerra, olha eu tenho lá o livro da 2ª Guerra, tanto é que eu tô procurando um agora pro meu amigo, o irmão do D, foi meu colega lá no Jardim [pequena cidade vizinha a Pinhal], ele quer o livro General Mascarinho de Moraes, eu preciso achar pra ele, ele trabalhou junto com o ZGS que é irmão do D que foi colega de escola lá no Jardim. E ele então veio me pedir esses diais e eu falei olha eu tenho este livro, mas olha do jeito que está num dá. Você vê como é que a gente acha né?[Se refrindo à reforma em sua casa]. Reformou a casa eu tive que rancar tudo, eu tinha tudo certinho. Agora eu tenho que acertar.*

— O que o senhor se lembra dos italianos aqui no período da 2ª Guerra?

— *A 2ª Guerra ... aí eu num posso te dizer. Eu me lembro muito bem da Revolução de 32. Essa eu me recordo bem.*

— Como é que o senhor se lembra mais de um fato mais antigo e não da 2ª Guerra que é mais recente?

— *É pro cê vê né! É aí que tá.*¹³

Tendo sido vereador em Pinhal por diversas vezes, AF também se elegeu logo após o período de Intervenção. Ele não disfarçou o mal-estar causado pelas únicas duas perguntas formuladas sobre o período da 2ª Guerra Mundial. A memória das várias revoluções, todas anteriores à 2ª Guerra, aparece como auxílio para que AF mude de assunto.

Para Thompson (1992), “o mais provável é que memórias que são desabonadoras, ou positivamente perigosas, sejam tranquilamente enterradas”, seja “consciente ou inconscientemente” (1992, p.190). Mas como definir se as memórias eram obscurecidas pelos filhos de italianos consciente ou inconscientemente? Ou ainda, qual o sentido que Thompson dá aos conceitos consciência e inconsciência?

Pollak (1989) chama a atenção para as situações nas quais o silêncio é mais operacional que a fala, sugerindo motivos diversos para justificar a permanência do silêncio: (1) o “longo silêncio sobre o passado” pode ser entendido, em alguns casos, não como esquecimento, mas como uma resistência de um grupo à história oficial; (2) em casos em que as lembranças são traumatizantes, o silêncio pode ser a única maneira disponível para “aqueles que querem evitar culpar as vítimas”; (3) diante de “situações ambíguas”, o silêncio pode evitar possíveis “mal-entendidos”.

Diferentemente do que ocorreu nos casos expostos por Pollak, não consegui detectar, nas conversas mantidas com filhos e netos de italianos de Pinhal, como (e por onde) se dá a estrutura de comunicação — seja nos planos familiar e político, seja no plano de associações — que tenha por função a transmissão “zelosa” das lembranças. Pollak (1989, p.12) analisou também os silêncios não-transmitidos, e é a quem recorro para entender o silêncio desse grupo em Pinhal:

¹³ Entrevista gravada em dezembro de 1997.

Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio — diferentemente do esquecimento — pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a comunicação com o meio ambiente. (1989, p. 13)

Ao realizar uma crítica aos conceitos Freudianos — ego, id, super ego — Giddens propõem substituí-los pela “tríplice divisão”: “sistema de segurança básica”, “consciência prática” e “consciência discursiva” (1984, p.33). Tais conceitos, auxiliam a pensar problemas relativos à “agência” humana.

A consciência entendida enquanto “sensibilidade”, não é reflexiva à medida que diz respeito à perda e recuperação de consciência — “mecanismos sensoriais do corpo” — é “pressuposta pelos conceitos de consciência tanto prática quanto discursiva” (1984, p.35). Outro sentido da palavra consciência é mais apropriado, segundo Giddens, para pensar a “agência”. Neste caso, consciência é o atributo que as pessoas possuem de estar atentas a “eventos que se desenrolam à volta delas de maneira a relacioná-los com sua atividade”. Segundo Giddens, esta consciência prática refere-se à “monitoração reflexiva da conduta por agentes humanos”. Há ainda outro sentido de “consciência”, aquele que concerne à “expressividade” — consciência discursiva —, ou seja, à capacidade que o indivíduo possui de relatar coerentemente as atividades que praticou e as razões que motivaram à razão. (1984, p.36).

Para Giddens o inconsciente, no sentido psicanalítico se põem em contraste com a consciência discursiva. Num caso não há capacidade de verbalizar sobre os atos e razões; no outro, é a capacidade de expressar que é definidora. De fato, isto não revela o que é o inconsciente em Giddens, apenas contrapõem a consciência prática ao inconsciente freudiano.

Giddens entende somente ser possível pensar o conceito de inconsciente se problematizarmos questões concernentes à memória, que está diretamente ligada à percepção. Percepção é definida pelo autor como “um fluxo de atividade integrada com o movimento do corpo no tempo-espço” (1984, p.37). Ao incorporar a esta definição o caráter definitivo do contexto no qual se movimentam os corpos Giddens aponta para a “importância da atenção seletiva na conduta humana” (1984, p.38). A proposta de Giddens de não dissociar percepção de memória vem justamente responder ao problema do bloqueio (seleção) consciente ou inconsciente ao qual Thompson (e creio que também Pollak) fazem referência. Giddens refuta a ideia de que, dado o número excessivo de acontecimentos e informações aos quais o ator social está sempre sujeito, a parte redundante deste material é descartada. Isto porque tal teoria além de colocar o indivíduo como receptor passivo de informações, procede à separação entre percepção e memória: o indivíduo percebe tudo à

sua volta, mas parte do que fora percebido é bloqueado e consequentemente esquecido (1984, p.39). Giddens entende que para selecionar algo como significativo não é necessário descartar todo o restante. Basta simplesmente escolher aquilo que se deseja.

Para o autor, memória não se refere a uma experiência passada; e sim à cognoscitividade de agentes humanos. Memória é, pois, a constituição temporal da consciência, que por sua vez é o conhecimento sensorial. A recordação — ato de lembrar, presente no processo mnemônico — é o mecanismo de retomar “experiências passadas de modo a focalizá-las na continuidade da ação”. Posso entender que o esquecimento é não focar as experiências passadas na continuidade da ação, para isto bastando não retomá-las? Embora não trate do esquecimento, Giddens desenvolve o conceito de inconsciente:

O inconsciente refere-se a modos de recordação a que o sujeito não teve acesso direto porque existe uma barreira negativa de algum tipo inibindo sua incorporação não-mediada na monitoração reflexiva da conduta e, mais particularmente na consciência discursiva. As origens da barreira são de dois tipos afins. Em primeiro lugar, como as primitivas experiências do bebê, dando forma ao sistema de segurança básico, por meio do qual a ansiedade é canalizada ou controlada, antedatam a competência linguística diferenciada, é provável que permaneçam daí em diante ‘fora dos limites’ da consciência discursiva. Em segundo lugar, o inconsciente contém recalcamientos que inibem a formulação discursiva (1989, p.39).

O ato de não recordar sobre o período da guerra, pode então ser explicado como não “motivado” a focalizar o evento 2ª Guerra Mundial, na continuidade da ação. Ou melhor, o período da 2ª Guerra pode não estar à disposição do sujeito cognoscitivo, visto ter se estabelecido uma “barreira negativa” sobre o evento, a qual impede a incorporação de tal lembrança na “consciência discursiva”. Isto pode haver acontecido de duas maneiras. Uma diz respeito ao “sistema segurança ontológico”, e neste caso a recordação nem está mais à disposição do agente cognoscitivo. O outro diz respeito a “recalcamientos inconscientes” que teriam inibido a formulação discursiva.

A fala de LC é menos evasiva do que as de AF e VT, no que se refere à situação dos italianos no período da 2ª Guerra:

Quando eles entraram com interventor, os italianos não se reuniram mais. Inclusive, por exemplo, o meu pai se afastou um pouco de lá, depois ele foi embora para Santos... e ficou lá até a morte. Mas eles não se reuniram mais, porque eles queriam exigir parece... me parece, que se eles se reunissem, precisava ter uma polícia lá, e então eles não aceitaram.¹⁴

¹⁴ Entrevista gravada em dezembro de 1997.

Embora minha pergunta dissesse respeito aos italianos em geral, LC se referiu especificamente aos italianos da Sociedade Italiana. Importante destacar o caráter político da narrativa de LC. Neste sentido, importa informar que sendo uma organização de italianos oficialmente estabelecida a Sociedade Italiana contava inclusive com a presença do agente consular LR, como presidente da Sociedade Italiana Dante Alighieri em Pinhal, à época do início da 2ª Guerra.

O relato da ida de seu pai para Santos e a permanência dele lá até a morte, segue-se à minha pergunta sobre a situação dos italianos de Pinhal no período da 2ª Guerra, ou seja, seu pai se desloca sem retorno.

Perguntei a LC se ele se lembrava de algum acontecimento humilhante, como, por exemplo, o espancamento de algum italiano em praça pública, uma vez que era divulgada a ocorrência destas práticas em outras cidades, no período da 2ª Guerra. LC, interrompendo-me, disse:

Aqui teve também ... teve também ... o Atílio Lacrimanti, ele sofreu as conseqüências, o Atílio Lacrimanti, o seu Américo [Lacrimanti], o Tazi Lomônaco, tinha um outro, mas ele foi embora daqui. Eles eram humilhados, então eles nem saíam de casa, não saíam porque sabiam que eram humilhados.

Quem era, afinal, o *outro* que *foi embora daqui*? Embora sejam poucos os documentos sobre este período da cidade, O *Álbum de Espírito Santo do Pinhal*, traz informações sobre uma instituição fascista que funcionava na sede da Sociedade Italiana, por não dispor de sede própria. O *Fascio Italiano Achile Papa* foi fundada em 1926. Tinha por fins *agrupar os italianos e estabelecer relações cordeais entre Brasil e Itália, informar acerca da verdadeira situação da Itália, desmentindo os juízos (sic), não raro errados e, ainda, fazer a propaganda da verdadeira italianidade*.¹⁵ Possuía uma biblioteca com 300 volumes e contava com 26 *inscriptos* (CALDEIRA NETO, 1936, p.86). Do diretório da *Fascio Italiano Achile Papa*, fazia parte aquele que posteriormente seria o presidente da Sociedade Italiana quando da eclosão da 2ª. Guerra.

Baseando-me nestas informações, retomo minha conversa com LC. Antes, porém, devo informar que LC tinha uma estreita relação com a Sociedade Italiana, no período em que o *Fascio Italiano Achile Papa* lá se reunia, visto que seu pai era secretário da Sociedade Italiana e a família residia numa casa que se situava anexa à sede, onde LC passou sua infância. Observe-se sua fala sobre a entidade fascista *o Fascio, o Fascio ... se reuniam, eu lembro alguns, alguns assim ... o ATL, que fazia parte disso aí* [grifo meu], *o AL, ele chegou a ser meu vizinho aqui .. quem mais eu me lembro? ... o TL...*

¹⁵ Caldeira Neto (1936: 86).

Os nomes são os mesmos antes citados como tendo sido aqueles que sofreram represarias durante a 2ª. Guerra. O cruzamento dos silêncios, dos desvios e da fala de seu LC com as informações de Caldeira Neto (1936) indicaram uma possível co-relação entre 2ª. Guerra Mundial e demolição da Sociedade Italiana; entre os silêncios da história e a demolição do patrimônio dos italianos. Humilhação, segregação e medo de um lado; destruição das marcas tangíveis da memória italiana de outro.

A neta do agente consular da Itália em Pinhal e último presidente da Sociedade Italiana narra como ficaram os italianos após 2ª. Guerra:

... perderam tudo... o meu avô mesmo perdeu. Tinha uma relojoaria que era uma verdadeira maravilha. Aqueles camafeus que vinham da Itália, aquelas pedras preciosas tinha brilhantes, prataria Christofle, aquelas coisas importadas da Itália, da França ... era a loja chic.(...) E prejudicou o comércio dele. Porque italiano era perseguido, ninguém faz idéia! Eles eram perseguidos. [...] No período da guerra... foi a decadência do italiano!

Se retomarmos o conceito de memória de Giddens — como dizendo respeito à cognoscitividade dos agentes humanos — pode-se inferir que há lembranças da 2ª Guerra Mundial, e que elas dizem respeito ao medo, à humilhação, à segregação e à subordinação dos italianos, provavelmente identificados como fascistas. No entanto, a cognoscitividade revelada sinaliza apenas que os agentes têm consciência de algo, que, no entanto, não deve ser revelado. Neste ponto creio estarmos diante de uma “barreira negativa” provocada por recalcamientos inconscientes que inibem a formulação discursiva.

Outras falas de VT — a respeito dos procedimentos usados pela Maçonaria e/ ou por alguns maçons para extinguir a Sociedade Italiana e doar, vender e demolir a sede — revelam que se o assunto 2ª Guerra Mundial não o “motivou” a revelar nada na entrevista de 1989, o assunto demolição da sede da Sociedade Italiana o “motivou” a, em 1991, sinalizar para questões obscuras no episódio. É oportuno, pois, dar início à análise das estratégias (práticas) legais usadas pela Maçonaria e/ou por maçons no decorrer de 50 anos a fim de apagar as marcas tangíveis da Sociedade Italiana.

Com o tempo ... espoliação e demolição

Após o confisco realizado durante a 2ª Guerra Mundial, a sede da Sociedade Italiana ficou sob a guarda da Loja Maçônica EC. Do período do pós-guerra até final da década de 80, os bens móveis pertencentes à Sociedade Italiana, tais como, quadros, livros, obras de arte e móveis, foram desaparecendo. Não foi possível relacionar os bens que podem ter

desaparecido, visto que ninguém soube precisar qual o patrimônio de bens móveis e imóveis era possuidora a Sociedade. É recorrente nesses depoimentos a citação de livros italianos folheados a ouro, quadros, retratos dos presidentes da Sociedade, além dos móveis. Estas são as únicas informações que circulam nas falas dos pinhalenses. Segundo a neta do agente consular e presidente da Sociedade Italiana (desde antes da 2ª. Guerra até 1946), entre os bens pertencentes à Sociedade Italiana, constavam algumas casas — localizadas, principalmente, na Rua Dona Emerenciana Leite — que foram vendidas de *forma sigilosa*. Ela revela que

(...) antes dele morrer, uma turma aqui de Pinhal foi levar uns papéis pra ele assinar, e ele tava na cama assim ...foram lá ...ó na Sociedade Italiana, nos quadros antigos, levaram tudo, ele assinou o papel ... porque sem a assinatura dele eles num podiam mexer. [...]. Eles invadiram e levaram, deixaram só o prédio.

O avô morreu pouco tempo depois. Determinada a conseguir mais informações sobre as casas da Rua Dona Emerenciana Leite iniciei busca no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Pinhal, procurando pelas certidões de venda dos dois imóveis: a casa localizada na Rua Dona Emerenciana Leite¹⁶ e a sede da Sociedade Italiana, tendo como propósito acompanhar o trajeto jurídico pelo qual passaram os imóveis citados.

Os mesmos procedimentos — doação, venda e demolição — são usados tanto para os imóveis da Rua Dona Emerenciana Leite, quanto para a sede da Sociedade Italiana, diferindo apenas as datas em que foram realizadas as doações, as vendas e as demolições de ambos imóveis. Portanto, me limitarei a revelar os dados relativos à sede da Sociedade Italiana, visto ser este o tema deste artigo.

A apresentação dos decretos-lei regulamentados no período da 2ª Guerra Mundial, somados aos documentos cartorários referentes à Sociedade Italiana e sobrepostos às falas, revelará uma desarmonia em alguns pontos das “consciências discursivas” dos agentes sociais envolvidos no episódio da Sociedade Italiana. Tenho como propósito retomar tais desarmonias a fim de revelar como uma análise da conduta estratégica pode contribuir para interpretar episódios que aparentemente sugerem uma análise institucional.

Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em agosto de 1942, segundo Trento (1989), os italianos radicados no Brasil viveram inúmeras transformações materiais e simbólicas (1989, p.397). Entre essas medidas, a mais “humilhante foi a proibição do uso em público da língua italiana em solo brasileiro. O confisco dos bens foi iniciado com o Decreto-

¹⁶ Sobre análise dos procedimentos adotados com a casa da Rua Emerenciana Leite, conferir Tamaso, 1998.

Lei 3.911, de 9.12.1941, sendo aperfeiçoado até o artigo 1º do Decreto-Lei 4166, que regulamentava que:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo, que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram ou resultarem de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. (apud TRENTTO, 1989, p.397).

O artigo 11º do referido Decreto-Lei versava especificamente sobre os bens das associações, os quais poderiam ser usados “no interesse público, com a autorização do ministro da Justiça e Negócios Interiores” (TRENTTO, 1989, p.397). Os bens dos italianos radicados no Brasil foram liberados em 10 de julho de 1945, por deliberação do Decreto-Lei 7.723 (Trento, 1989, p.400). Não obstante, os bens da Sociedade Italiana não foram devolvidos. A loja maçônica EC ficou com a guarda dos bens pertencentes à Sociedade Italiana. Contudo, é nebuloso o campo que circunda o assunto.

Para JC, a guarda da sede da Sociedade Italiana foi dada à loja maçônica *Águia Negra*. Esta loja foi criada no ano de 1917 e em 1931 fundiu-se à EC:

Ela ficou da Águia Negra, e depois a Águia Negra como pelo que eu tenho aqui na cabeça fundiu-se, pouco tempo fundiu e então a EC ... tudo ficou com a EC... que chegou até a venerança do PM ... eu achei um absurdo aquilo desfazer!¹⁷

A *Águia negra* não somente congregou um número significativo de italianos, como ainda, por não ter sede própria, realizava suas atividades na sede da Sociedade Italiana. Mesmo que a guarda da sede da Sociedade Italiana não tenha sido dada à *Águia Negra* — visto que a fusão ocorreu em 1931 — o fato de ter se fundido à loja EC pouco antes do início da guerra é revelador. A guarda foi dada à EC — como será revelado posteriormente —, mas JC pode ter memorizado como tendo sido dada à *Águia Negra*, visto que os maçons italianos da EC eram oriundos da *Águia Negra*. Pode-se inferir que com a ascensão do fascismo na Europa, já no início dos anos 30, e com a oposição dos maçons ao fascismo, os italianos maçons da *Águia Negra* tenham decidido pela fusão com a EC para dissolver o “lugar” do fascismo na cidade.

¹⁷ Entrevista gravada em agosto de 1997.

LC tem outra versão sobre a história da guarda da sede da Sociedade Italiana. Indagado sobre o destino da Sociedade Italiana durante a guerra, ele se recorda, amparado nos seus 85 anos: *não, eles praticamente num, num ... totalmente eles num fecharam ... eles criaram um interventor na cidade pra ser prefeito, e esse prefeito tomou conta da Sociedade [se refere à Sociedade Italiana]. Com a intenção de ser mais direta, perguntei-lhe se a Sociedade Italiana ficara inativa no período da guerra. Ele, lentamente, respondeu:*

Ficou parada. Ah, mas também abusaram muito né? Alugaram pra um, alugaram pra outro, muita quermesse, mas a quermesse foi feita até antes ... por exemplo, o estádio lá em cima, o Fernando Costa, eles faziam quermesse lá prá poder construir o estádio.(...) Ganhava uns cobre prá poder sustentar a Sociedade.

LC refere-se não apenas ao período da guerra mas também ao período anterior.

Depois da guerra praticamente... ficou... ficou por conta deles e depois o prefeito puseram o OV [grifo meu], num sei se você conheceu ele? OV ... casado com aquela filha do JM. Ele ainda anda por aí, o OV, porque ele era moço ainda. E foram com uma tomada, eles ... foi desaparecendo as cadeira de lá, o mobiliário, tudo coisa antiga, desapareceu tudo! Até os quadros que tinha lá, uma porção de quadros que tinha lá ... a gente aí da sociedade, da cidade por exemplo, JMS, tinha parece o GM, tinha o capitão não sei o que ... e tinha ... desapareceram com tudo. Quando eu fui ver lá ... quando eu tive oportunidade de ir lá, num achei mais nada, até falaram, falaram ... "olha, tem um retrato lá que é do seu pai, o seu pai, seu pai" e eu queria ver, mas quando eu fui num achei mais.

É interessante observar que o depoimento de LC complementa o de ND. Ela recorda-se de algumas pessoas da prefeitura levando papéis para o seu avô assinar no ano de 1949, e afirma serem essas pessoas *brasileiros*. LC revela que a sede da Sociedade *ficou por conta deles*. Não revela quem são eles; entretanto, segue dizendo que depois *puseram o Oberdam* como prefeito. Parece que quando LC fala *por conta deles* ele está se referindo ao poder municipal. Fica, assim, entendido que, segundo ele, a guarda da Sociedade Italiana esteve por um tempo por responsabilidade do município, mais especificamente, do interventor municipal.

OV foi prefeito nomeado no período de 22.05.1947 a 31.12.1947 -- ou seja, OV fez parte da vida política de Pinhal num período próximo àquele em que os bens da Sociedade Italiana

estiveram confiscados e sob a responsabilidade do município. Os dados de LC não contradizem as informações de ND.

Ambos os relatos estão também em concordância com Trento (1989), que relaciona os vários procedimentos adotados pelo governo brasileiro quanto aos bens dos italianos. O que interessa ressaltar é que os bens dos italianos começaram a ser confiscados a partir do Decreto-Lei 3911, de 9.12.1941, que fora aperfeiçoado para o Decreto 4166, de 1942, cujo texto também já foi citado. O que ainda não revelei é que, alguns meses após a promulgação do Decreto 4166, ficou estabelecido que os “bens confiscados poderiam ser vendidos”, sendo “as somas auferidas para um Fundo de Indenização” (1989, p.398). Após a assinatura do armistício e do estado de co-beligerância, o “problema dos bens confiscados e de sua liquidação permaneceu”, segundo Trento, “inalterado e, embora a matéria fosse regulamentada por sucessivos decretos em 1943 e 1944, as vendas de propriedades italianas continuaram depois da co-beligerância” (1989, p.401). Trento lembra os contínuos boatos de que “propriedades confiscadas haviam sido passadas clandestinamente para o nome de liquidantes e interventores” (1989, p.410). Em Pinhal, a loja maçônica *EC* foi cautelosa em estudar como “liquidar” sem que se configurasse uma atuação “clandestina”, do ponto de vista “legal”. Para tanto seguiu estratégias minuciosas de ação.

O texto de Trento, por revelar que 1943 e 1944 foram os anos em que se regulamentou, em parte, a liberação dos bens confiscados, vem coincidir com o depoimento de FM — maçom da *EC* desde 1949 — sobre a liberação dos bens confiscados da Sociedade Italiana. Segundo *Seu Florindo*, o judiciário entregou o Dante Alighieri pra loja maçônica *EC*, em 1944 mais ou menos.¹⁸ Então, a pergunta que surge é: por que os bens da Sociedade Italiana não lhe foram entregues? A resposta é de que os italianos não se interessaram mais por aquilo. Contudo, mesmo que os italianos da Sociedade Italiana estivessem se sentindo fragilizados com a derrota na guerra, que tivessem sofrido as consequências da escolha pelo fascismo e que tivessem decidido não se envolver imediatamente e publicamente com o maior símbolo da italianidade na cidade — a Sociedade Italiana —, não fica explicado como se deu a passagem dos bens confiscados, antes de posse do judiciário, para a guarda da *EC*. Não obtive resposta para esta questão, mas destaco o caráter eminentemente participativo da *EC* na política local, inclusive na cadeira do executivo, como um fato significativo. Alia-se à força política da *EC*, a tradição conservadora da política local.¹⁹ O fato é que o poder judiciário entregou os bens da Sociedade Italiana — a qual, segundo a legislação do governo federal, já estava autorizada a recebê-los de volta — à loja maçônica *EC*. O que “motivou” tal ação?

De acordo com Trento (1989), foi o Cônsul Mazzolini quem primeiro investiu nas associações italianas como um lugar de difusão dos ideais de Mussolini. Foi proposta, para as associações presentes em São Paulo, “a unificação sob a direção do consulado” (1989, p.330).

¹⁸ Entrevista gravada em janeiro de 1998.

¹⁹ Conferir Tamasso, 1998.

A própria presença de cônsules e agentes consulares nestas entidades já “facilitava” a divulgação dos ideais fascistas. Em Pinhal, chamo a atenção para o fato de que o agente consular LR era o presidente da Sociedade Italiana desde antes da 2ª Guerra — pelo menos desde 1936 (CALDEIRA, 1936, p.86) — até 1949, quando veio a falecer. Outro fato a ser retomado é a presença do *Fascio Italiano* “Achile Papa” na sede da Sociedade Italiana. (1936, p.86).

Se os fascistas encontraram, na Sociedade Italiana, o “locus” de atuação política, onde, então, teriam se instalado os italianos antifascistas? Segundo Trento, “quem nunca faltou com seu apoio ao antifascismo no Brasil foi a maçonaria”, e explica que tal oposição ao fascismo foi decorrente da “campanha contra a maçonaria deflagrada por Mussolini [grifo meu]” (TRENTO, 1989, p.365).

Sociedade Italiana e Maçonaria: Estratégias em Ação

O primeiro estatuto da Sociedade Italiana encontrado em cartório data de 1918. Contudo, sabe-se que a Sociedade iniciou suas atividades em 1889, o que sugere a possibilidade de ter havido pelo menos um estatuto anterior. Para fundamentar esta suspeita, vale transcrever aqui o artigo 49º do estatuto de 1918 — *Os presentes estatutos anulam os precedentes e começam a vigorar desde a publicação do Diário Oficial do Estado de S. Paulo.*²⁰

O estatuto de 1918 previa que a Sociedade teria *por fim* em ordem de importância:

*(...) a união, o socorro mútuo, a instrução, manter alto o prestígio Italiano, a tutela com todos os meios moraes e materiais dos quaes poderão dispor os interessados da Colonia e procurar de manter sempre as mais cordiaes relações entre Italianos e Brasileiros, de facilitar aos proprios socios a assistencia medica e fornecimento de remedio.*²¹

Além da reprodução das formas de solidariedade prestada com auxílio mútuo e assistência médica e hospitalar, o estatuto previa a divulgação dos valores italianos pelo ensino da língua e pelas constantes comemorações das datas cívicas italianas. As relações

²⁰ Cópia reprográfica do estatuto da Sociedade Italiana, datado de 1918, cedido pelo Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

²¹ Cópia reprográfica do estatuto da Sociedade Italiana, datado de 1918, cedido pelo Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

entre os imigrantes italianos e os brasileiros aparecem como um dos objetivos a que se propôs a Sociedade, o que indica uma disposição às relações, ainda que somente *cordeaes*.

Um cuidado especial foi dado ao texto do artigo 26º: *A assemblea pode modificar as disposições dos presentes estatutos, salvo as que constam dos artigos 1º e 2º e em que hajam tomado parte na votação pelo menos um terço dos sócios contribuintes.*²² O artigo 1º era o que constituía a Sociedade Italiana em Pinhal e o 2º indicava os fins aos quais a instituição se propunha seguir. Assim, conforme o artigo 26º, todos os outros 47 artigos ficaram passíveis de modificações.

Em 29 de setembro de 1938 é realizada uma reforma do estatuto da Sociedade Italiana.²³ Nove artigos são redigidos para substituir aqueles 49 do estatuto anterior. O artigo 2º, aquele que não poderia sofrer modificações, fica da seguinte forma:

*a) manter vivo o sentimento da Patria, o espírito da Italianidade e a concórdia no seio da coletividade:- b) prover a subsistência dos Italianos necessitados que a tanto façam juz:- c) constituir um centro de irradiação de amizade entre a Italia e o Brasil:- d) manter e difundir o uso da língua Italiana e o conhecimento das colturas Italianas e Brasileiras:- e) promover o esport e proporcionar aos associados diversões honestas.*²⁴

A *união*, o *socorro mútuo* e a *instrução*, presentes no antigo estatuto, aqui aparecem melhor especificados. No novo estatuto, faz-se presente a consciência de um *sentimento da Pátria*, bem como a premência do aprendizado e difusão da língua italiana. Há a inclusão de uma nova letra, “e”, em um artigo, na qual é prevista -- diferentemente do estatuto de 1918 -- a promoção de atividades relacionadas ao esporte e ao lazer.

O artigo 3º deste novo estatuto é por mim considerado o divisor de águas da história italiana em Pinhal. Nele fica especificado que apenas *italianos natos* podem ser considerados sócios da Sociedade Italiana. A decisão de limitar a Sociedade aos italianos natos, obviamente, limitaria de maneira significativa o número de sócios, uma vez que muitos dos italianos natos já tinham mais de 60 anos, sem contar aqueles já falecidos.²⁵ Daí, a necessidade de modificar o artigo 5º, que tratava da composição da diretoria. A Sociedade

²² Cópia reprográfica do estatuto da Sociedade Italiana, datado de 1918 - Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Pinhal.

²³ Cópia reprográfica do estatuto da Sociedade Italiana, datado de 1918 - Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Pinhal.

²⁴ Idem.

²⁵ O artigo 7º do estatuto datado de 1918 tratava da faixa etária dos candidatos a sócios: (...) não ter menos de 18 annos e nem mais de 55. Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

passa a ser administrada por um Conselho Administrativo composto pelo presidente, vice-presidente, um secretário e quatro conselheiros.

A interdição de italianos naturalizados e de filhos de italianos nascidos no Brasil aos quadros da Sociedade Italiana vinha atender ao Decreto-Lei nº 385, de 18 de março de 1938, que proibia que “brasileiros natos ou naturalizados pertencessem à sociedades e clubes com fins culturais, beneficentes ou assistenciais fundadas por imigrantes” (Luca 1990, 399). Trento avalia que a intenção do governo brasileiro era “limitar a atividade política das organizações estrangeiras”, sobretudo as alemãs em processo de “nazistização”, atingindo também os “*Fasci*” (1989, p.314). O fato de ter optado por eliminar os seus “próprios filhos” revela o quanto o *sentimento pátrio*, tão em voga nos tempos de Mussolini, norteou a decisão.²⁶

Outro artigo completamente inovador é o 8º, o qual discorre sobre os bens pertencentes à Sociedade Italiana, em caso de dissolução da mesma. Observe-se o texto do mesmo: *Em caso de dissolução da Sociedade, o seu patrimônio, mobiliário e imobiliário, será distribuído a Ente Assistenciaes.*²⁷ A preocupação com uma possível dissolução da Sociedade Italiana surge, provavelmente, em consequência e à medida que se intensificam os conflitos da 2ª Guerra Mundial. Em 1918, quando da constituição do outro estatuto, tal preocupação não existia em meio à comunidade italiana de Pinhal.

Posteriormente, em 4 de julho de 1940, novas modificações são realizadas. O caráter de urgência que transparece no texto transcrito no Diário Oficial de 20 de novembro de 1940 é demonstrativo das circunstâncias instáveis em que se encontravam aqueles diretamente ligados à Sociedade Italiana. O texto inicia da seguinte maneira:

*Aos 4 dias do mês de julho de 1940, nesta cidade de Pinhal, Estado de São Paulo, em a Sede desta Sociedade, às 19 horas, presentes os diretores da Sociedade e vários socios, havendo número legal, pelo Sr. Presidente foi aberta a sessão. Pelo Sr. Presidente foi dito que é necessária a reforma [grifo meu] do Artigo n. 2, letra (a), Artigo n. 3 e artigo n. 8, de acordo com a lei em vigor.*²⁸

²⁶ Luca avalia que as medidas impostas pelo Decreto-Lei nº 383, de 1938, podem ser avaliadas da seguinte forma: “em alguns poucos anos naturalmente esse tipo de mutual deixaria de existir já que, na prática, estava vedada a renovação dos quadros sociais.” (1990: 399)

²⁷ Estatuto da Sociedade Italiana de 1939. Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

²⁸ Cópia reprográfica do Diário Oficial, de 20 de novembro de 1940, inserida na certidão cartorária cedida pelo Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal. As modificações dos artigos 2º, 3º e 8º constam apenas no Diário Oficial. Diferentemente dos outros estatutos que se encontram arquivados no cartório juntamente com a publicação no Diário Oficial.

O artigo 2º recebe apenas uma complementação referente a letra (a): *os fins da Sociedade, são aqueles de reunir os cidadãos italianos de Pinhal, de favorecer a concórdia entre eles, avivar o afeto perante a Pátria e perante o país que nos hospeda.*²⁹ As reformas, apesar de pequenas são deveras significativas. Enquanto é dada ênfase à Itália e aos italianos, ao pedir pela reprodução dos valores da nacionalidade italiana, o Brasil é relegado à categoria de país que *hospeda*. A consciente modificação, em tempos de guerra, evidencia a dificuldade em que se encontravam aqueles italianos, *hospedados* em terras estrangeiras.

Ao artigo 3º foi feito um adjunto ainda mais efetivo no que concerne à delimitação das identidades: *Adjunto ao artigo 3º: A cidadania italiana é de fato condição indispensável para admissão na Sociedade, ficando portanto excluídos da mesma admissão, os cidadãos brasileiros, mesmo que sejam filhos de italianos, e os italianos naturalizados.*³⁰

O adjunto do artigo 8º revela nitidamente os problemas políticos existentes entre Itália e Brasil no ano de 1940: *Em caso de dissolução da Sociedade, os seus patrimônios, mobiliário ou imobiliário, será distribuído a entidades italianas de beneficência existentes no país* [grifo meu].³¹

A seguir seguem as interpretações dos registros cartorários que comprovam as modificações empreendidas, pelos maçons, estrategicamente, a fim (1) de extinguir a Sociedade Italiana, (2) doar, (3) vender e (4) demolir a sede da mesma.

Não obstante serem muito os detalhes, artigos, parágrafos que adensam de significados as estratégias empreendidas até a demolição da sede da Sociedade Italiana, listarei apenas os passos e decisões mais importantes, tentando uma síntese que torne esta narrativa mais eficaz.

O primeiro documento importante data de 1979 e se constitui em uma certidão cartorária que relata o pedido de usucapião, uma vez que embora fosse proprietária dos terrenos a Sociedade Italiana não havia registrado as benfeitorias implementadas nos referidos lotes — fato recorrente em imóveis centenários. Dentre as testemunhas do processo consta um ex-prefeito municipal e ex-venerável da EC

(...) que o depoente conhece muito bem o imóvel objeto da presente ação; que há mais de trinta anos a sociedade autora ocupa mansa e pacificamente o imóvel onde achasse localizada; que na guerra de 1945 essa sociedade chegou a perder a posse do imóvel; que não sabe explicar como a sociedade autora adquiriu o imóvel; que ao que lhe parece, essa intervenção foi oficial, por parte do governo e de ambito (sic) geral, abrangendo todas as sociedades

²⁹ Cópia reprográfica do Diário Oficial de 25 de novembro de 1940. Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

*formadas por estrangeiros, quer italianos, japoneses, alemães, etc.*³²[grifo meu].

Nota-se o interesse da testemunha em revelar o caráter de *ambito geral* (sic) e não local, da intervenção ocorrida na Sociedade Italiana. Ainda, o interesse dele em lembrar que tal fato não se deu somente com italianos, mas igualmente com alemães e japoneses.

No processo de usucapião, estão anexadas a cópia de duas certidões do Cartório do 2º Ofício datadas de 1965 e 1977. A primeira foi realizada com a finalidade de *regularizar a situação e nova denominação da Sociedade, situação esta criada pela devolução de seus pertences pelas autoridades competentes*. A mudança de nome para de “Sociedade Cultural Ítalo-Brasileira Dante Alighieri” fora proposta por dois filhos de italianos maçons da EC.³³

Na sequência da mudança do nome da Sociedade Italiana, é revelada a *reforma dos seus estatutos*. As alterações enxugaram ainda mais o já conciso estatuto de 1938. Três artigos do 1º capítulo e dois artigos do 2º capítulo, ocupando pouco mais de meia página, foram suficientes para definir o estatuto da “nova sociedade”.³⁴

A certidão cartorária revela que na data de 4 de agosto de 1982 o então presidente da Sociedade Italiana, também membro da EC, doou o imóvel à Sociedade Cultural e Filantrópica “AP” — *braço econômico da EC*.³⁵ Em 7 de janeiro de 1983, o imóvel é vendido a um supermercado, representado *por seus sócios gerentes*³⁶, ambos maçons da Loja Maçônica 16A. A mesma certidão revela que em 6 de julho de 1991 o imóvel que abrigou a sede da Sociedade Italiana *foi totalmente demolido, permanecendo apenas o terreno*.³⁷

Foi em julho de 1991, que a sede da Sociedade Italiana é demolida *à trator, durante à noite*. O supermercado responsável pela demolição, leva o sobrenome de uma família italiana e fazia divisa com o terreno onde se localizava a sede da Sociedade Italiana. Por ocasião do trabalho de campo em 1997, decidi procurar um membro da família para conversar a respeito da demolição da sede da Sociedade Italiana.³⁸

³² Processo de usucapião nº 665/78, p.21.

³³ Processo de usucapião no. 665/78.

³⁴ Processo de usucapião no. 665/78

³⁵ Declaração do venerável da loja maçônica EC, Júlio Cesar Octavianni, em entrevista concedida em julho de 1997.

³⁶ Cópia reprográfica do Cartório de Registros de Imóveis e Anexos de Pinhal.

³⁷ Idem.

³⁸ O fato de eu ser pinhalense traz, para o trabalho de campo, algumas facilidades e inúmeras dificuldades. O conhecido, no sentido de que se tem experiência, torna-se uma dificuldade quando o assunto não é agradável. Entendendo que poderia não ser fácil para a família DG falar sobre a demolição da Sociedade Italiana, mas, por outro lado, entendendo também que para a conclusão do meu trabalho eu deveria procurar por esta família, resolvi ir em frente. Ciente de que tal entrevista poderia me ser negada, optei por outros caminhos:

Um dos sócios do supermercado se atém à legalidade da venda da sede da Sociedade Italiana para o supermercado. Alega que a permissão legal da venda baseou-se no fato de haver filho de italiano entre os sócios proprietários do supermercado. Disse ainda que esta era uma das exigências presentes no estatuto conferido por eles, antes da transação de compra do imóvel. Os estatutos, bem como as reformas sofridas até a 2ª. Guerra Mundial, mostraram que havia apenas uma exigência para doar o imóvel, a qual a Sociedade Cultural e Filantrópica “AP” não preenchia, dado que não era uma entidade assistencial italiana. Porém a reforma do estatuto realizada pelos maçons presentes na diretoria da Sociedade Italiana em 1965, “possibilitou” legalmente a doação e a subsequente venda ao supermercado. Ele informou que a compra da sede pelo supermercado foi uma proposta de um italiano maçom da EC. (o único italiano que estava vivo).

É interessante observar a forma como os vários nomes estão ligados nos seguintes eventos: o procedimento de guarda da sede da Sociedade Italiana pela EC, a extinção da Sociedade Italiana, a doação da sede à S.C.F. “AP” e a subsequente venda ao supermercado. Como será analisado, todos eventos tiveram como agentes principais os maçons da EC e todos eles eram filhos de italianos, sendo um deles, italiano.

PM e CG, citados na ata de 1965, foram os responsáveis pelo pedido de mudança da *nomeação*, sendo ambos maçons da EC e PM foi venerável³⁹ desta loja. A ata da reunião da Sociedade Italiana de 1977 revela que E passou a presidência a L, ambos maçons da EC. R que foi empossado vice-presidente e A suplente, também foram veneráveis da EC. A ata de 1979 dá posse à mesma diretoria do biênio anterior e traz, além daqueles maçons, o nome de F, que foi venerável de 1977 a 1989 — período compreendido pelas decisões de doação da sede da Sociedade Italiana e da casa situada à Rua Dona Emerenciana Leite à S.C.F. “AP”, e pela venda dos dois imóveis — um, ao supermercado e o outro, a EP. Entre outros, são também citados os nomes de: TR, AEC, NRN, BC, OH, AC e DB. Dos quais eram maçons da EC: TR, AEC, NRN e DB.

Em síntese, o grupo de maçons da EC, ao assumirem a diretoria da Sociedade Italiana por alguns anos, regularizaram o registro da sede desta Sociedade em cartório, por intermédio do pedido de usucapião, e imediatamente doaram o imóvel ao seu *braço econômico* — a S.C.F. “AP” —, que procedeu à venda do mesmo. Independente da falta de colaboração dos pinhalenses e dos diversos setores sociais, no sentido de buscar a maior clareza possível dos fatos, o que indico como interpretação para o destino da Sociedade Italiana, ou seja, a demolição, é uma luta simbólica pelo “poder de nomear o mundo social”

tortuosos, codificados e indiretos. Preferi encetar uma conversa a respeito dos italianos do que correr o risco de ver inviabilizada a entrevista.

³⁹ O venerável eleito de uma Loja Maçônica é o maior representante da loja maçônica, sendo detentor de obrigações e direitos regulamentares e constitucionais.

(Bourdieu, 1989), travada dentro do grupo dos próprios italianos. Os anti-fascistas “situados” na *EC* e auxiliados pelo poder local — lembro a presença do ex-prefeito, como testemunha no processo de usucapião e, também, como presidente da S.C.F. “AP”, quando foi efetuada a doação dos bens da Sociedade Italiana para aquela entidade —, portanto fortalecidos, colocaram fim à história fascista de Pinhal. Com a demolição da Sociedade Italiana, **à noite e à trator**, derribou-se não apenas o prédio da Sociedade Italiana, mas as marcas tangíveis de um passado indizível.

Um dos proprietários do supermercado foi venerável da *EC*. Observe-se fala de sua filha quando me mostra fotos dos maçons da *EC*, parte do arquivo de seu avô: *Olha aí os italianos aí. Você vai ver muitos italianos do Pinhal aí. Meu avô foi venerável da loja maçônica*. GDG esteve como vice-presidente na Sociedade Italiana em 1940⁴⁰ — “espaço” de difusão dos ideais fascistas —, e ao mesmo tempo como maçom na *EC* — “espaço” de resistência ao fascismo. Como tal situação ambígua seria permitida?

Resta ainda analisar um dado. No ano de 1949, quando PM X recebe o cargo “simbolicamente” de LR, ele já era maçom da *EC*. PM aparece na foto datada de 1949, e foi identificado por seu *irmão* da *EC*, *Seu FM*.

Estava PM inserido no grupo que representou a maior resistência ao fascismo no Brasil, o grupo dos maçons. Ele era, provavelmente, anti-fascista. Por que, então, LR passou o cargo a ele? LR representava o grupo dos perdedores da guerra e PM, o grupo dos “vencedores”. A Itália tinha outro comando, Pinhal também deveria tê-lo. O representante consular da Itália em Pinhal passou o seu cargo a um representante dos “vencedores” da 2ª Guerra Mundial.

LR morreu logo após o fim da guerra. O pai de *Seu LC* — GC, secretário da Sociedade Italiana — mudou-se de Pinhal. A fala de LC revela a humilhação que alguns italianos passaram. Entendo a situação social destes italianos membros da Sociedade Italiana no período que antecede à guerra como estigmatizada. Nos termos de Goffman (1963, p.13), o estigma em si não é “nem honroso, nem desonroso”, devendo ser entendido como “uma linguagem de relações” entre “atributos e estereótipos”.

Aparentemente desconectados, desintegrados e desligados, os episódios que aqui apresentados se revelaram conectados, integrados e ligados no tempo e no espaço, e administrados por “agentes cognoscitivos” motivados para ação: destruição do símbolo do fascismo na cidade. De outro lado, os filhos dos fascistas, não motivados para ação (de proteger a sede), visto que ao não reagirem estavam simplesmente salvando sua própria face (GOFFMAN, 1963).

⁴⁰ Cópia reprográfica do Cartório de Registros de Imóveis e Anexos. A Diretoria era composta por: LR (presidente), GCDG (vice-presidente), GC (secretário), AB, AC, GS e GL (conselheiros).

A fragmentação no grupo dos italianos e filhos de italianos em Pinhal, decorrente da “situação social” diferenciada dentro da “ordem cultural” de Pinhal, pode ser explicada teoricamente pelo conceito de “estrutura de conjuntura” de Sahlins (1990). Ocupando o lugar de “um terceiro termo entre a estrutura e o evento”, a “estrutura de conjuntura” é dada por Sahlins, como “a realidade prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microssociologia de sua interação” (1990, p.15).

Sahlins, assim como Giddens, permite a agência humana a partir de motivações que dizem respeito a aspectos conjunturais, portanto históricos. Mas se a proposta de Sahlins, ao criar o terceiro termo entre estrutura e evento, oferece um referencial teórico para pensar estrutura sem desconsiderar a história, não desenvolve especificamente uma teoria da ação social, da agência humana. Tampouco aborda questões referentes a uma teoria da “motivação”.

Baseada no referencial teórico de Sahlins (1990) posso concluir que o que se intentou, nesta interpretação dos procedimentos da doação, venda e demolição da sede da Sociedade Italiana, foi buscar “o funcionamento da história através da seleção motivada entre as inúmeras possibilidades lógicas dos agentes sociais — que, é claro, incluem as possibilidades contraditórias apresentadas na ordem cultural” (1990, p.18). Contudo, não tendo à disposição a operacionalidade do esquema conceitual de Giddens, teria pouco a desenvolver no que concerne especificamente à “agência humana”, suas “razões”, suas “motivações”, o “sistema de segurança básico”, as “consciências prática e discursiva”, e a “dialética do controle social”.

Segundo Giddens (1984, p.4), o entendimento teórico de uma ação é definidor do processo de racionalização da ação. Entretanto, Giddens esclarece que o fato de um agente social possuir entendimento teórico não deve ser confundido com apresentação discursiva das razões e nem à capacidade de expor tais razões. Espera-se que um agente competente possa explicar sobre sua conduta cotidiana. Mas racionalizar sobre ela é diferente de apresentar os motivos da mesma. Assim, Giddens distingue racionalização da ação — como se referindo aos motivos da ação — da motivação da ação — estes se referindo às necessidades que a estimulam.

Tentarei aplicar os conceitos como propostos por Giddens no caso das falas dos filhos de italianos referentes à demolição da sede da Sociedade Italiana. Os filhos de italianos maçons da *EC*, explicam a demolição alegando, em primeiro lugar, o não interesse dos filhos de italianos em assumir a Sociedade após a guerra. Em segundo lugar, alegam que a *EC* necessitava arrecadar fundos para a reforma total em sua sede e daí o motivo da venda dos bens pertencentes à Sociedade Italiana. Observe-se que a primeira justificativa direciona a responsabilidade para os italianos não maçons e a segunda, aponta para a “razão prática”.

Em ambos casos, o que está sendo expresso não é a motivação da ação, e sim a racionalização da ação, a monitoração reflexiva da ação.

Segundo Giddens, a motivação “não está tão diretamente ligada à continuidade da ação quanto sua monitoração reflexiva” (1984, p.5). Assim, os “motivos da ação tende a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina” (1984, p.5). Parece pertinente afirmar que os motivos que levaram os filhos de italianos maçons a criarem estratégias para dissolver, doar, vender e demolir a sede e a Sociedade Italiana — ou seja, influenciar diretamente a ação — diziam respeito a uma situação social absolutamente não rotineira. As necessidades que estimularam a ação — a motivação da ação — podem ser inferidas a partir da revelação da conexão sistemática entre os procedimentos adotados no decorrer de 40 anos e os agentes cognoscitivos de tais procedimentos, e ainda dos dados históricos que apontam para a maçonaria como lugar de apoio ao anti-fascismo e da Sociedade Italiana como lugar onde se alojaram os fascistas. Se todos estes fatos são recorrentemente omitidos e se de fato eles estão presentes e interligados, podem apontar para as necessidades — motivação primeira — ocultada.

Os sócios do Supermercado alegam que necessitavam de um lugar para fazer o estacionamento para clientes. Neste caso, a justificativa também apela para a “razão prática”. Há racionalização na justificativa da ação. Mas se necessitavam — no sentido das necessidades que estimulam a ação — do espaço para o estacionamento porque levaram oito anos da compra do imóvel até a data da demolição. Neste caso, “razão prática” agora não é suficiente para justificar a ação. O que aconteceu neste espaço de tempo? Esta questão permite retomar os conceitos de “região da frente” e “região de fundo” de Goffman (1996). O conceito de “região” em Goffman é aquele que diz respeito à “qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção” (1996, p.101). A resposta para a questão acima formulada, não pode ser respondida pela teoria social, visto que se trata de uma “região de fundo”. Os atores sociais não revelam o que ali — no tempo de oito anos — se passou. Não há nenhuma documentação a respeito. Nos deparamos com os limites da Ciência Social, na esperança de que algum agente social possa revelar algo ainda inédito e, portanto, lançar luz para caminhos outrora obscuros.

Outros agentes sociais a justificar sua ação, são os filhos de italianos não maçons. Contrários à demolição da sede da Sociedade Italiana, eles no entanto optaram por nada fazer para impedir o processo que foi se consumando durante muitos anos. Fato que os permitia a possibilidade de interferir no processo. Porém, não o fizeram. Justificam alegando não concordar com os ideais daqueles que comandavam a formação de uma nova diretoria, ou simplesmente não ter tempo para participar das reuniões. Ambas justificativas de baseiam na racionalização da ação: cada qual teve seu motivo para não agir. As necessidades que levaram a não agir — ou motivação para não agir — são de outra ordem,

são fundamentadas no projeto de “encobrimento” do estigma de seus pais, no projeto de “segurança ontológica” e da preservação da face. São igualmente “regiões de fundo” que não reveladas enquanto “motivos” tanto na “consciência prática”, quanto na “consciência discursiva”, visto que os agentes estão aptos a fazerem um relato consciente de seus motivos, mas não o fazem explicitamente dado à “barreira negativa” (Goffman, 1984), deixam, contudo, pistas de análise. Goffman ressalta a importância da “consciência prática”, quando “o que os agentes conhecem a respeito do que fazem está restrito ao que eles podem dizer sobre isso” (1984, p.xxv). Neste caso, o estudo da “consciência prática” deve ser incorporado.

Devo realizar uma interpretação da dialética do controle no caso da sede da Sociedade Italiana. Giddens define o poder “como sendo gerado na (e através da) estrutura de dominação”, e acrescenta que o poder somente pode ser pensado ao lado da noção de distanciamento tempo-espço. Isto, porque a “acumulação de recursos alocativos e autoritários” — recursos que constituem as estruturas de dominação — “está estreitamente envolvida com o distanciamento tempo-espço” (1984, p.210). A *EC* armazenou “recursos alocativos” e “autoritários” no decorrer dos cerca de 40 anos e, portanto, exercia poder sobre os filhos de italianos não maçons. Segundo Giddens (1984, p. 212):

a armazenagem de recursos autoritários e alocativos pode ser entendida como envolvendo a retenção e o controle de informação ou conhecimento, de acordo com os quais as relações sociais são perpetuadas ao longo do tempo-espço. A armazenagem pressupõe meios de representação da informação, modos de recuperação ou recordação de informação, como com todos os recursos de poder, os modos de sua disseminação.

Esta definição de conduta estratégica de armazenagem de recursos alocativos e autoritários pode ser pensada no caso da relação *EC* e Sociedade Italiana. Os maçons sabiam quais mecanismos se servirem tanto para aumentar os recursos alocativos — os bens da Sociedade Italiana —, quanto para aumentar os recursos autoritários — o fato de saberem da prática fascista na cidade e nunca terem revelado publicamente. A informação não disseminada funcionou como o grande recurso de dominação usado pela *EC*. Os filhos de italianos não maçons, cuja história dos pais de alguma maneira os ligava ao fascismo, sabiam que os maçons conheciam tal informação. Tinham receio de que “resíduos” do tempo passado, recursivamente os atingisse. A única maneira de não correr risco era não fazer nenhuma resistência à qualquer que fosse o projeto da *EC* para a Sociedade Italiana. Não acreditaram, contudo, que fossem tão longe. A “consequência impremeditada da ação” (no caso da não ação), foi a demolição repentina da sede da Sociedade Italiana. Fato comprovado pela própria mudança no enfoque dado por VT antes e depois da demolição da sede. Fato também comprovado pelos inúmeros depoimentos de filhos e netos de italianos indignados com a demolição e se perguntando porque não fizeram nada em tempo de impedir o ato.

A consequência impremeditada da ação de demolir a sede da Sociedade Italiana, entendo ser o fato de que agora não há mais informação a ser negociada. Os últimos filhos de italianos estão finalizando o que Giddens chamou de a “*durée* da vida do indivíduo”. E as poucas pistas que eles deixaram, mais os documentos cartográficos se juntam para desvelar o que até agora ficou soterrado. O fato de os maçons terem completado seu projeto estratégico, criou condições para que os outros ligados aos filhos de italianos não maçons ganhassem em “autonomia da ação”. Até mesmo porque alguma resposta para a demolição é cobrada dos filhos de italianos recorrentemente. A dialética do controle é sem dúvida um conceito apropriado para refletir sobre o episódio apresentado neste trabalho.

Indiquei que faria uma análise da conduta estratégica. Segundo Giddens, para isso é preciso priorizar as “consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro dos limites contextuais definidos” (1984, p.235). Além disso, Giddens aponta para o cuidado para não proceder a descrições “empobrecidas da cognoscitividade dos agentes”, além de primar por uma “descrição refinada da motivação; e uma interpretação da dialética do controle” (1984, p.235). Devo ressaltar a importância de uma teoria da ação para questões que dizem respeito à preservação dos patrimônios culturais, sobretudo quando se concebe os patrimônios mais como sendo mais um conjunto de práticas do que um conjunto de coisas (WEST, 2010). Sendo uma forma de ação social (HARRISON, 2010), os processos patrimoniais, mas também o seu reverso, os processos de destruição dos patrimônios, têm grande potencial para a interpretação da relação entre identidades, memória e lugares e devem, por este motivo, ser potencialmente considerados objetos de análise patrimoniais, ainda que seja pela ausência.

Bibliografia

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria do Estado da Cultura, 1984.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Cultura e Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (24), 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia da Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

BROCKELMAN, Paul. “Of Memory and Things Past”. *International Philosophical Quaterly*, 15(3), 1975.

- BROCKELMAN, Paul. "Of Memory and Things Past". *International Philosophical Quarterly*, 15(3), 1975.
- CALDEIRA, João. *Álbum de Espírito Santo do Pinhal*. São Paulo: Ed. Organização Cruzeiro do Sul, 1933.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.
- DREW, Paul e Anthony WOOTTON. *Exploring the Interaction Order*. Boston: Northeastern University Press, 1988.
- FERRO, Marc. *A História Viglada*. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GLUCKMAN, Max. "Análise da situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.). *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. "Sobre el trabajo de la cara: analisis de los elementos rituales de la interaccion social. In: *Ritual de la Interaccion*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARRISON, Rodney. Heritage as social action. In WEST, S. (Org.) *Understanding Heritage in Practice*. Manchester: The Open University, 2010.
- HERZFELD, Michael. 1991. *A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press.
- LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- LUCA, Tania R. de. "As sociedades de socorros mútuos italianas em São Paulo. In: BONI, Luis A.de. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. v. II, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza. "A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: História e Memória da cidade paulista". In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1993.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1989.

RIZZONI, Ernesto. "História do Pinhal". *Poliantéia do Centenário de Pinhal*, Espírito Santo do Pinhal, 1949.

_____. [s.d.] *Pinhal: História em Notícia*. Espírito Santo do Pinhal: [s.ed.].

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1979.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O Tecido do Tempo: A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)*. Brasília: UnB-Departamento de Antropologia. Tese de Doutorado, 1992.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.

SMITH, Laurajane. *Labour Heritage: performing and remembering. Uses of Heritage*. London / New York: Routledge, 2006.

TAMASO, Izabela Maria. *Tratorando a História: percepções do conflito na prática da preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP)*. Brasília: UnB – Departamento de Antropologia. Dissertação de Mestrado, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRENTO, Angelo. *Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.